



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 13 horas e 5 minutos.

Deu-se continuidade ao debate conjunto, na especialidade, do Orçamento Geral do Estado (OGE) e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano económico 2016, analisando o orçamento do Ministério da Justiça e dos Direitos humanos.

Intervieram, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Justiça e dos Direitos Humanos (Roberto Raposo) e

das Finanças e da Administração Pública (Américo Ramos), os Srs. Deputados Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD), Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI), Ana Rita (MLSTP/PSD) e José António (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 14 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 13 horas e 5 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministros da Justiça e dos Direitos Humanos, Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com a discussão na especialidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral de Estado.

Sr. Ministro, o seu Ministério prevê, nas GOP, oito acções, o Sr. Ministro tem a projecção de um orçamento para o ano de 2016 e nós os Deputados gostaríamos de saber como é que vai implementar aquilo que está orçamentado para atingir os objectivos. Por isso, o Sr. Ministro tem a possibilidade de abrir o seu orçamento e as acções que pretende desenvolver para este ano.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos** (Roberto Raposo): — Sr. Presidente, antes mais quero cumprimentar o Sr. Ministro das Finanças e as Sras. e os Srs. Deputados. E porque ainda estamos no início do ano, gostaria de desejar a todos um bom ano, para a família e profissionalmente, e que este ano de 2016 traga-nos êxitos neste País que é de todos nós.

Respondendo à pergunta que me foi feita, em primeiro lugar, Sr. Deputado, este orçamento deve ser aprovado. Depois de ser aprovado, vamos implementar as políticas que constam nas Grandes Opções do Governo, bem como o seu Orçamento, já aprovado na generalidade.

Srs. Deputados, nas Grandes Opções do Plano estão muito bem densificadas as linhas orientadoras daquilo que será a política do Governo para o Sector de Justiça, que é fundamental para o desenvolvimento do nosso país. Por isso é que essas oito acções que Vossa Excelência enumerou, que estão implementadas nas Grandes Opções do Plano, visam essencialmente aquilo que entendemos como a reforma do Sector da Justiça, no sentido de termos um sector que seja credível e que responda aos anseios desta população. Queremos inverter o paradigma actual, modernizando a justiça, simplificando os procedimentos jurídico-legais, alterando as legislações, no sentido de termos efectivamente um sector que corresponda à nossa Constituição, enquanto lei magna da República. Que tenhamos um sistema judiciário que administre a justiça em nome do povo, mas para que isso seja possível, Sras. e os Srs. Deputados, temos que ter um instrumento e é esse instrumento que queremos que seja aprovado, para que possamos levar adiante a reforma deste sector que é fundamental para garantir o desenvolvimento do nosso país. Os diagnósticos estão feitos e, por isso, é necessário que de facto possamos ter instrumentos financeiros, neste caso, que haja uma aprovação, para levarmos adiante as linhas orientadoras definidas nas Grandes Opções do Plano do Governo, que aliás já foram aprovadas. Acredito que com a parte financeira poderemos levar avante a reforma que pretendemos, mas que seja uma reforma convergente, onde todos os órgãos de soberania serão chamados: os Tribunais, o Ministério Público e os Srs. Deputados, para que de facto possamos inverter o quadro, sobretudo numa era global e fundamentalmente num sistema como o nosso. Temos um orçamento que é muito dependente das ajudas externas e é preciso que os doadores, aqueles que põem à disposição do Estado são-tomense o seu dinheiro, possam saber que temos um sistema que garanta a certeza e a segurança jurídica. Isso é possível se de facto levarmos adiante esta política que pretendemos com o Sector da Justiça.

Muito obrigado e estou à disposição para as questões que sejam pertinentes, no sentido de podermos densificar ainda mais as acções do Governo neste sector.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro está disponível a questionamentos em relação à área da Justiça e Direitos Humanos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, boa tarde.

Peço a palavra só para fazer uma pequena pergunta, mas antes gostaria de ler uma passagem na página 34 que tem a ver com o Sector da Justiça e diz, na alínea c): «O reforço dos meios dedicados à investigação criminal, designadamente os mecanismos de cooperação entre as diversas entidades policiais, entre elas o Ministério Público». Queria perguntar ao Sr. Ministro como é que vê um serviço do Ministério Público a funcionar sem nenhuma viatura ou pelo menos uma motorizada. Este é o caso do Ministério Público da Região Autónoma do Príncipe, em que os agentes não têm qualquer meio rolantes para desencadear os seus trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Sr. Deputado, está plasmado neste orçamento a rubrica para aquisição dos meios rolantes. Naturalmente será também para o Príncipe. Sr. Deputado, a dimensão do problema da justiça é muito mais do que a mera aquisição dos transportes. Portanto, há coisas mais profundas e importantes que pretendemos fazer. Fundamentalmente para a Região Autónoma do Príncipe, temos acções concretas, nomeadamente a permanência de Magistrados. É verdade que não há nenhuma investigação sem meios, mas acreditamos que com esse orçamento poderemos criar as condições para que se possa resolver o problema na Região Autónoma do Príncipe.

Respondendo à pergunta, quero dizer-lhe que de facto está orçamentado a possibilidade de aquisição de meios para a Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, só levantei a questão, porque o Ministério já vive esse problema há muito tempo. Pessoalmente, já dei emprestada a minha motorizada a um agente do Ministério Público, para fazer o seu trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordo plenamente com o Sr. Deputado, porque muitas vezes vem inscrito verbas no orçamento que não são executadas, mas este Governo tem tentado cumprir as suas promessas.

Começamos com o sector da Polícia, hoje já adquirimos alguns meios rolantes dos quais dois ou três foram afectos à Região Autónoma do Príncipe e pretendemos continuar durante o primeiro trimestre do ano com a aquisição de meios rolantes e equipamentos para os serviços de segurança pública.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, muito bom dia, igualmente à equipa que o acompanha.

A minha preocupação vai incidir sobre a instituição Polícia de Investigação Criminal. É sabido que no nosso país ainda se detêm pessoas antes de se fazer uma devida investigação e ter as provas formadas, ou seja, indícios bastantes para se formalizar a detenção. Não estou a falar de flagrante delito, em que efectivamente se apanha alguém «com a boca na botija». Por ser colaborador da justiça, por isso que tenho essa informação. Detêm a pessoa e depois vão investigar e muitas vezes não é pessoa que cometeu o crime. E a pessoa depois é libertada às vezes sem qualquer indemnização.

Neste mundo em que a criminalidade vai crescendo, não sei se a PIC já está dotada de um laboratório de investigação, que sei que é um assunto que já vem há algum tempo na carteira desta instituição. A verdade é que queremos chegar a uma justiça mais perfeita possível, embora ela nunca será perfeita. Ainda se pratica essa de deter a pessoa e depois investigar. Posteriormente, dá-se conta que não é criminoso e o criminoso fica solto.

Sr. Ministro, qual é a sua estratégia? Ou seja, que métodos e meios pensa pôr em vigor para que se inverta essa situação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — É uma pergunta pertinente e é por isso que cá estamos exactamente para levar a cabo uma reforma do Sector da Justiça que de facto garanta a protecção dos direitos, liberdades e garantia dos cidadãos.

Neste orçamento temos verbas que poderão minimizar progressivamente a questão da Polícia de Investigação Criminal. É verdade que temos que dotar essa Polícia de meios científicos de investigação, de forma que não haja quaisquer indícios ou sinais de violações dos direitos e liberdades dos cidadãos. Eu disse e volto a dizer aqui uma coisa que é muito importante para os Srs. Deputados perceberem. Eu já dizia que soava a ridículo quando se investiga crimes graves com técnicas usadas quando se apanhava uma galinha do quintal do vizinho. Também já dizia que qualquer um de nós está sujeito a ser vítima daquilo que eu já considerava ser uma certa injustiça. Trago cá um exemplo. Quando alguém é acusado de abuso sexual de menor, por exemplo quando se faz a avaliação da investigação, para apurar, do ponto de vista técnico e científico os indícios de uma violação, estamos a falar de um laboratório. Porque só se pode comprovar que A teve relações sexuais com B mediante uma prova, ou de DNA, que prova aquele acto sexual, ou outro através dos exames de *zaragatoa*, onde se colhe os vestígios. É verdade que não dispomos de um laboratório forense ou técnico, onde se possa fazer esse tipo de análise e avaliações. Independentemente de ainda não existir, este Governo está ciente dessas dificuldades e estamos a trabalhar para que o mais breve possível, com o apoio dos Srs. e das Sras. Deputadas, possamos efectivamente ter uma Polícia de Investigação Criminal à altura dos desafios e dos tempos modernos.

Quero garantir também às Sras. e aos Srs. Deputados que, enquanto não tivermos um laboratório deste nível que permita uma investigação célere que não permita qualquer atrocidade na investigação, deter para depois investigar, temos uma legislação penal que proíbe este tipo de prática. Significa que os direitos e a liberdade dos cidadãos estão garantidos. Se um cidadão for preso antes de ser investigado ou se a Polícia de Investigação Criminal prende ou tortura para colher uma confissão, felizmente o Código de Processo Penal diz que essas provas são nulas. Portanto, há uma garantia constitucional. Qualquer prisão que ocorre de forma ilegal, o cidadão estará garantido pela Constituição da República, mediante o *habeas corpus*.

Para terminar Sr. Deputado, e como dizia, mesmo em termos das provas, que disse é era necessário meios de investigação para colher o DNA, através dos nossos parceiros bilaterais e com a cooperação jurídica e judiciária, é possível realizar esses exames. Julgo que do ponto de vista jurídico-legal estão criadas todas as condições, mas o que é necessário é aquilo que também defendo, a criação de meios jurídico-forenses para que a Polícia de Investigação Criminal tenha mais condições.

Estamos a analisar e a discutir com os parceiros esta possibilidade e paulatinamente essas acções serão resolvidas. Julgo que o mais breve possível, para além das acções que estão em curso, vamos garantir aos cidadãos a protecção efectiva dos seus direitos e liberdade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, quero colocar-lhe duas questões que se prendem com o que está nas GOP, na página 35. Nesta página, na sétima acção, diz: «A prevenção e o combate a toxicoddependência». Estamos a falar de um sector do seu Ministério. Coloco essa questão, por causa da onda da criminalidade que hoje em dia assusta-nos a todos. Temos assistido que a criminalidade tem sido cometida por gente de todos os quadrantes, até assistimos há dias os adolescentes.

Como é que o Sr. Ministro pretende preventivamente combater a toxicoddependência, quando olhamos para o Instituto da Droga e da Toxicoddependências e não está realocada nenhuma verba que possa de forma preventiva sensibilizar e combater os indícios de crimes. Estamos a falar de jovens estudantes que há dias agrediram um cidadão honesto e trabalhador com pedradas. Jovens que cometiam crimes nas instituições estatais durante o período do almoço. No Instituto da Droga e da Toxicoddependências não encontramos verbas sujeitas a pelo menos prevenir e acompanhar os trabalhos deste sector. Estamos a falar de um sector melindroso e que ajuda na prevenção.

Não podemos ter uma justiça, como referiu, com alguma celeridade para as pessoas, sem antes estudarmos os mecanismos para prevenir essa onda de criminalidades.

Segunda questão, o seu Ministério é Ministério da Justiça e Direitos Humanos, mas não vejo nas GOP nada concernente aos direitos humanos. Digo isto, sustentando com as acções que foram desenvolvidas pelas Forças de Seguranças e Forças Militares durante o período da quadra natalícia. Assistimos, na comunicação social, o Comandante-Geral da Polícia Nacional referir que desencadearam acções conjuntas. As forças da Polícia de Investigação Criminal e as outras instituições de defesa e segurança, na prevenção, prendendo cidadãos, muitos deles reincidentes, ou então conhecidos como aqueles cidadãos desonestos, para que se mantivesse a calma na quadras festivas. Não estaríamos assim a violar todos esses princípios de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos? Sabemos realmente que eles causam problemas na sociedade, mas recolhê-los, prendê-los para prevenir seria um acto normal na justiça? São questões que trago à colação.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para esclarecimento.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, relativamente à toxicoddependência, se possível for, estarei disponível a receber qualquer montante. Pode pôr que eu recebo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, desculpe, o senhor é tutelar da pasta. O senhor define as políticas da Justiça. Não esteja à espera que nós os Deputados coloquemos acções que quer desenvolver no ano de 2016. Estamos aqui para questionar o que Governo pretende. Estamos a referir que há insuficiência quanto a um órgão que nós achamos pertinente haver alguma alocação.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — É por isso que, no nosso orçamento, no ponto 1014, através dos parceiros, neste caso financiamento do PNUD, temos «apoio institucional à boa governação». Está aí uma verba alocada, 1.4 bilhões de dobras. Seguramente que essas acções que têm muito a ver com a toxicodependência, na página 2 de 7, inserem-se nos nossos parceiros. Através deles, queremos levar a cabo essas acções de prevenção.

Relativamente à segunda questão que colocou, fez uma abordagem genérica, Sr. Deputado. Poderia ficar aqui durante horas a debater sobre esta questão, mas julgo que é a sua opinião. Tenho uma opinião contrária e acredito que essa discussão sobre a operação da Polícia que foi tornada pública depois de ser concluída, seguiu todo um conjunto de factos em estrito sigilo profissional, porque estamos a falar da segurança do País. Julgo que no final todas essas entidades, e isto é um facto, disseram e está comprovado que não houve registo de criminalidade, e fiquei muito contente com isso. No momento em que se falava, algumas opiniões, porque também tenho uma contrária, da tendência do aumento da criminalidade, naquele momento e com aquela operação a tendência dos registos diminuíram. Permitam-me, com a minha humildade, dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que foi uma política acertada. Tivemos o período de Natal e do final do ano tranquilo. Se me permitem, é a minha opinião, acho que essa acção deve continuar, no sentido de continuarmos a prevenir a onda da criminalidade.

Agora, se eventualmente houver alguma situação de violação dos direitos dos cidadãos, julgo que eles têm como. O nosso país felizmente é um Estado de Direito Democrático, as pessoas podem recorrer aos mecanismos jurídicos legais para defenderem os seus direitos.

Também quero dizer, Sras. e Srs. Deputados, que todas essas detenções e apreensões foram validadas pelas entidades competentes que são o Ministério Público e o Tribunal de Primeira Instância.

Sr. Deputado, acredito ser pertinente a sua pergunta e termino dizendo que o Governo está de facto empenhado para que a criminalidade diminua e que tenhamos um país tranquilo, de paz, porque a final de contas é o que temos de bom e devemos preservar. Por isso é que queremos continuar com a reforma. O que temos de bom é a nossa segurança. Temos um país seguro e nós todos, o Governo, as instituições e os Deputados temos que nos unir numa só voz, no combate à criminalidade, quando está em causa a segurança do País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, boa tarde. Estamos na sede da discussão na especialidade e neste momento é a vez do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. Quero felicitar o Sr. Presidente por ter colocado a pergunta que é pertinente. No entanto, queria também aproveitar a ocasião para dizer ao Sr. Presidente que todas as perguntas dos Srs. Deputados merecem uma resposta do Governo. Entretanto, é necessário ver o enquadramento de algumas perguntas, porque estamos na sede da discussão do Orçamento na especialidade. Os Srs. Deputados, de acordo com as propostas do Governo, ao nível dos grupos parlamentares ou o deputado individualmente, deve trazer as suas propostas de melhoria. Penso que é isso.

Na minha opinião, há perguntas aqui que estão a resvalar-se daquilo que é a discussão na especialidade do Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado por esta nota.
Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Ministro, sinto-me um bocado ultrapassada, pois a minha primeira preocupação era sobre a onda da criminalidade que se regista. Assistimos pela televisão que até jovens de 17 anos estão a cometer crimes. O Sr. Ministro disse e bem que o Governo tomou medidas de prevenção. A minha pergunta é, o que é que o Governo pretende fazer agora? Os criminosos estão identificados? Alguns são menores. Que medida de prevenção pretende levar a cabo, para que não se volte a assistir cá no País esses tipos de casos? Os turistas hoje em dia são ameaçados e assaltados. Que medida pretende tomar?

A segunda preocupação é a seguinte: estive a olhar para as GOP de 2016, na página 15, síntese das principais acções realizadas no quadro das GOP de 2015, diz assim: «Procedeu-se a construção de uma nova ala do estabelecimento prisional». A minha questão é: essa nova ala foi construída? Está concluída? De onde é que vieram os recursos? Porque se olho para as GOP e o programa do investimento público de 2015, não vejo nada inscrito. O que está inscrito a nível da Cadeia Central foi a melhoria do pavimento e volta a constar no programa de investimento público para o ano 2016.

Gostaria de saber se essa ala foi construída e como é que foi construída.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — A Sra. Deputada fez uma colocação, em que medida o Governo vai combater a criminalidade e logo de seguida quer saber, legitimamente, se a ala foi construída. De facto são acções do Governo de 2015. São realizações no âmbito do programa que tinha sido aprovado. Estamos em 2016.

Indo para a segunda pergunta, quero dizer que sim, foi construída. Está na fase final a construção de uma nova ala, que vai permitir um conjunto de coisas, para combater a criminalidade. Porquê? Porque, como a Sra. Deputada e os Srs. Deputados sabem, temos actualmente um estabelecimento prisional que data de 1950. Já não se adapta à actual realidade, alias já houve várias visitas das Sras. e dos Srs. Deputados e afirmaram que aquela cadeia precisa de ser reestruturada. Em suma, precisamos de uma nova cadeia.

O facto que não vimos, há aqui uma relação muito próxima com a criminalidade, é que na Cadeia Central não existe a possibilidade de aqueles delinquentes mais perigosos estarem sujeitos àquilo que chamamos de medidas preventivas e correcionais, porque estão todos num mesmo estabelecimento. Quer dizer, a onda de criminalidade e mesmo da indisciplina dentro da cadeia não permitia que efectivamente houvesse um controle daqueles que lá estão, quando cometem um tipo de crime. E, mais, é que na Cadeia Central todos os indivíduos, mesmo aqueles que estão em prisão preventiva e aqueles que estão condenados, ficam no mesmo espaço. O que verificamos é que havia muita indisciplina e uma das formas de resolvermos isso foi tentar controlar um pouco a onda de indisciplina que partia de lá. Inclusive, tínhamos informações graves, porque ao invés de haver uma possibilidade de socialização, muitos que lá entram aprendem novas práticas. Tivemos situações que felizmente conseguimos desmantelar. Algumas acções criminais partiam exactamente da Cadeia Central, tudo por falta de condições. Por isso, urge efectivamente a necessidade de se construir uma nova cadeia. Enquanto isso não for possível, o Governo construiu uma nova ala, temos quatro novas celas individuais e duas colectivas, vários outros serviços dentro dessa ala, que vai permitir exactamente o quê? Pelo menos dentro de poucos meses, e espero que as obras concluam o mais tardar no próximo mês, para permitir que tenhamos mais salas disciplinares. Já vamos conseguir meter os mais perigosos noutras celas.

Quando visitei aquelas celas, pese embora ser Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, disse que aquilo até parecia um hotel de luxo, porque aquelas novas alas e celas que se construiu pareciam uma suite.

Sra. Deputada, penso ter respondido. Sim, construi-se a nova ala prisional e espero que as obras concluam no próximo mês. Estão muito bem avançadas e a empresa vai cumprir o prazo.

Pese embora ter sido através de uma decisão do Conselho de Ministro, a sua materialização foi possível através de pagamento de verbas de encargos gerais de Estado. Depois da conclusão da obra, vai-se liquidar, mas também quero aqui dizer que é um projecto antigo que já vinha do outro governo. Pelo menos a ideia de se construir um nova ala é uma ideia que já vinha e felizmente conseguimos materializar em benefício do combate à criminalidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Eu gostaria que ficasse bem claro que não estou contra a construção da nova ala. Apenas me surpreendeu. Eu não visito a cadeia. Quando leio e não vejo programado, tenho todo o direito de saber se já foi construído. Onde? Como é que se encontra? Apenas desconhecia os procedimentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Deputados.

Volto à questão da prevenção. Estamos a falar do Ministério da Justiça e, necessariamente, falamos da criminalidade. Voltando um pouco à questão colocada pelo Sr. Presidente, o Deputado Vasco Guiva, sobre o Instituto da Droga e da Toxicod dependência, Sr. Ministro, acho que poderíamos fazer um esforço mais acrescido para a prevenção. Alias, diz um ditado que «mais vale prevenir do que remediar». Hoje assistimos um fenómeno crescente não só ao nível das pessoas adultas e vai abrangendo adolescente e crianças, que é o uso e até abuso do consumo de drogas, começando pelo álcool, que são drogas mais *soft*, acabando com coisas mais duras. Daí que, sobretudo para a malta mais jovem, a prevenção deve ser o factor chave, não esperar que esses jovens atinjam um estado de maturação, que já passa a fase do crime, para depois tentar sancioná-los. São nossos concidadãos.

O Sr. Ministro disse e abro parênteses para dizer o seguinte: houve uma intervenção cá, felicitamos todos pela calminha e o clima de paz que se viveu durante a quadra festiva, mas, na qualidade de Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, sabe que não se deve deter ninguém ilegalmente, embora seja um

reincidente. É uma prevenção no sentido positivo, mas como Estado temos que nos acautelar, para não cometermos esses erros. Mesmo que o erro tenha um efeito positivo na nossa sociedade, é uma violação deter alguém. Embora sabendo que a pessoa no passado já praticou, não posso detê-lo e privá-lo de liberdade, pelo facto de presumir que daqui há mais duas horas ele poderá cometer algum crime. Eu tenho que esperar, inclusive pôr as pessoas a vigiá-lo e quando ele cometer algum crime, apanhá-lo com a mão na massa. De qualquer forma, não quero fazer disso uma polémica, mas é preciso ver a questão nesses termos.

Volto à questão da prevenção, porque se a fizermos bem, logo estaríamos a evitar os tais crimes.

Quando olho para a página 15 das GOP, vejo toda essa boa vontade do Governo e, no Instituto da Droga e da Toxicodpendência, vejo uma verba de 135, 5 milhões dobras. Todos conhecemos as nossas dificuldades, mas a nossa paz e tranquilidade valem muito mais do que este montante. Daí que com um esforço mais concentrado numa boa prevenção evitaremos muitas coisas como, por exemplo, que os nossos filhos se transformem em delinquentes, como vimos passar ultimamente nas antenas da TVS; que os nossos homens castiguem as companheiras e vice-versa; evitamos uma série de questões com base na prevenção. Daí que gostaria de dizer ao Governo que «mais vale prevenir do que remediar». Portanto, fazer um esforço mais acrescido junto a esses organismos. Não contar muito com as instituições ou apoios que vêm do exterior, porque às vezes não acontecem, e sabemos, mas nós próprios, ainda que façamos um esforço mais aturado para contermos a onda da violência e da criminalidade que a gente sente que está a crescer na nossa sociedade.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais nenhum inscrito, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Sr. Deputado, concordo consigo de que a prevenção é necessária e também concordo com esse ditado de «que mais vale prevenir do que remediar». Por isso é que foi uma coisa inédita e temos que reconhecer quando são bem-feitas. É por isso, por dois aspectos: não só o da estatística, em que não houve casos nesta quadra natalícia e de final do ano, que é algo louvável. Tivemos, por outro lado, um aspecto fundamental. Pela primeira vez houve um esforço conjunto de todas as entidades: Militares e Paramilitares, Ministério Público e os Tribunais, em torno de uma causa. E resultou. Daí que acredito no nosso país. Somos capazes.

Acredito, Srs. Deputados, que se juntarmos os nossos esforços no sentido da prevenção, conseguiremos lá chegar. Eu quero dizer-vos só mais uma coisa que é fundamental, sobre a questão da toxicodpendência, das drogas e das substâncias lícitas e ilícitas. O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem em mãos o primeiro relatório, foi o primeiro inquérito de prevalência do consumo de substâncias psicotrópicas, substâncias lícitas na juventude. Esse estudo aconteceu através de um protocolo de cooperação que fizemos com uma universidade. Temos o diagnóstico e os dados, agora é preciso efectivamente avançar, mas só com a aprovação do Orçamento poderemos seguir em frente e ter um país mais seguro.

Dos resultados obtidos o consumo dessas substâncias, drogas lícitas e ilícitas, é preocupante na nossa sociedade. Já começa a ser um aspecto de saúde pública. O Governo está muito preocupado e tem na sua carteira de acções medidas concretas. Não sei se posso adiantar uma, o Ministro das Finanças está a dizer-me que não, é surpresa, mas vem aí acções concretas nesse sentido.

Finalmente, quero salientar um outro aspecto. Normalmente tomo café numa pastelaria, não vou citar o nome para não fazer aqui a publicidade dela. Entretanto, há um cheiro de cigarro naquele lugar que é algo terrível. Eu até já tinha dito que nunca mais lá iria tomar café, esses hábitos que a gente traz lá da europa, muitos deles que vem dos avós, porque eu é que estou a fumar pelos outros. Quer dizer, o efeito dessa substancia é muito prejudicial à nossa saúde. Entretanto, hoje convidei também um colega e quando chegou lá pediu logo um caderno de reclamação. Perguntaram porquê e ele respondeu: «não podem permitir que se fume num recinto fechado».

A senhora do restaurante, muito esperta, respondeu logo: «em São Tomé e Príncipe não existe nenhuma lei que proíba fumar em recintos fechados».

Então, nessa busca e pesquisa, um Deputado me disse que em 2014 produziu-se uma legislação sobre essa matéria.

Na minha pesquisa, descobri um aspecto que tem tudo a ver com a sequência do que o Sr. Deputado falou, a questão dos jovens que estão a cometer actos criminosos. Infelizmente, são jovens delinquentes de 18 e 19 anos que pertencem a famílias de classe média, o que de facto até nos preocupa, porque a tendência era outra. Normalmente, os delinquentes que tínhamos eram outros, aqueles que nem se quer tinham ido à escola. Já começamos a ver coisas diferentes, fruto da globalização, a extradição, o cumprimento da pena em São Tomé, um conjunto de factores, o país está a abrir, está a desenvolver e está a permitir que surja esse tipo de coisas.

Para terminar, descobri que temos uma lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às crianças. Isso é tão importante, porquê? Por muitos anos, achei que o nosso problema de desenvolvimento era por uma questão da juventude da nossa democracia e que seria também um factor do problema económico ou do nosso não desenvolvimento, mas quando estive em Singapura, vi que não. Vi que o tempo não diz nada.

Singapura é um país que tem 50 anos de independência e temos 40 anos. Para além de apostarem na educação, uma das coisas que deparei lá é a venda de bebidas alcoólicas. Quer dizer, o consumo de bebidas alcoólicas não é para qualquer um.

Para terminar e ainda em termos de criminalidade na juventude, quero dizer aos Srs. Deputados que as detenções que foram feitas a esses jovens delinquentes, que infelizmente o juiz aplicou uma outra medida de coacção e não a prisão preventiva, gerou um mau estar nas polícias. É aquela velha questão de a Polícia de Investigação Criminal sempre dizer que não gosta de apanhar água com o cesto. Investigam com poucas condições, estão a fazer um bom trabalho, quando chega aos Tribunais, são postos em liberdade. Mas aí eu disse que é preciso termos a atenção. É por isso que, no que tange à reforma do sector judiciário, as Sras. e os Srs. Deputados têm um papel muito importante que é a alteração legislativa. Naturalmente que o Governo pode propor e de certeza que terá um aval ou aceitação das Sras. e dos Srs. Deputados.

O Código de Processo Penal dá ao Juiz a possibilidade de escolha de uma outra medida, porque, todos aqueles que têm até 21 anos de idade podem responder o seu processo em liberdade. Por exemplo, um jovem de 18 anos que comete um crime, pode ficar em liberdade. O Juiz pode colocá-lo sob o termo de identidade e residência, para aguardar o processo em liberdade.

Se as Sras. e os Srs. Deputado entenderem que, no combate à criminalidade, se pode alterar a legislação, no sentido de não haver distinção de idade, que desde o momento que um indivíduo comete um crime ele vá aguardar o julgamento em prisão preventiva, isso é uma outra discussão. Eu trouxe à colação esses exemplos, para vos dizer que estamos bastante empenhados, no sentido de tomar todas as medidas. Queremos reformar o sector da justiça, apresentar os projectos de alteração legislativa, temos a visão e o diagnóstico está feito. Vamos fazer isso de uma forma consensual e com todos os órgãos de soberania, naturalmente com os Srs. Deputados, para que de facto tenhamos um tribunal e uma justiça mais célere. Que tenhamos um tribunal à altura dos desafios dos tempos actuais e que possamos de facto ter leis que garantam um bom clima de know-how. Em suma, um conjunto de acções que vão ser realizadas no sentido de podermos criar as condições para que o País avance e a sua segurança continue a ser a nossa bandeira.

Apelo de facto que possamos ter um orçamento que nos possa garantir essas mudanças que pretendemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, uma vez mais, gostaria de fazer duas notas. Primeiro, subscrever a intervenção dos colegas Deputados e a preocupação quanto à questão do crescimento do índice de criminalidade, particularmente da faixa etária dos jovens e adolescentes. Aquilo que estamos a discutir na sede da especialidade tem a ver com as medidas de prevenção que o Governo deve adoptar. Também subscrevo que de facto a verba alocada ou proposta pelo Governo para fazer face a esta preocupação é diminuta e sabemos quantos ovos temos para fazer o omelete ou o bolo, se for o caso. Neste sentido, quero pedir ao Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, tendo em conta a transversalidade desta problemática, no sentido de conjugar esforços junto a outros Ministérios, nomeadamente da Juventude e Desportos e da Saúde, porque também temos várias campanhas de sensibilização que podem ser coordenadas. Pese embora a verba seja diminuta, com uma coordenação esse trabalho de sensibilização pode ser extensivo e poderemos atender a esta problemática.

Essa é a minha contribuição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António, para uma intervenção.

O Sr. **José António** (ADI): — Sr. Presidente, eu ia dizendo ao meu colega que ele tirou-me o pão da boca. É exactamente isso que eu ia dizer. Posso apenas reforçar que é uma questão transversal que pode estar inscrita também ao nível da Educação e mesmo na questão da família, porque estamos a falar de menores. Se estamos a falar do aumento da criminalidade nessa faixa etária que compreende menores, é uma questão da própria família. Para além do Ministério da Justiça, é uma questão que deve envolver sobretudo o Ministério da Educação, Saúde, Juventude e Desporto.

É apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não é propriamente uma réplica, mas me veio à mente uma ideia agora. Há coisas que podemos fazer sem grandes custos. Penso que podemos envolver as confissões religiosas, isto é, as igrejas, porque isso assume-se como um assunto de interesse nacional que devemos combater. Portanto, Sr. Ministro, acho que com as prerrogativas que tem, deve envolver toda a sociedade nesse sentido. Tendo em conta que o valor que tem orçamentado não é suficiente para corresponder a tudo que perspectivamos.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrito, tem a palavra o Sr. Ministro, para fecharmos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, «para fechar» significa que tenho que fala pouco, certo?

Risos gerais.

Infelizmente, é fazer um exercício muito difícil, porque normalmente os ministros da justiça falam muito. Tomei boa nota das intervenções feitas, no sentido de concordar e agradecer fundamentalmente as Sras. e os Srs. Deputados pela contribuição valiosa, num problema que é nacional, a questão da droga e da criminalidade. Quero dizer que, da minha parte e da parte do Governo, podem ficar tranquilos que iremos, com a contribuição que aqui foi dada, efectivamente levar a cabo campanhas de prevenções com a ajuda dos nossos parceiros bilaterais e multilaterais. Acções que de facto possam contribuir para a sensibilização da camada juvenil, através da campanha na Rádio Nacional, nas escolas, em suma, poder resolver esse problema.

Quero desejar-vos um bom almoço.

Penso ter respondido todas as questões e estarei sempre disponível.

Fico também disponível casa alguém queira pagar-me um almoço.

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Ministro. Assim, concluiu o nosso debate em torno do seu Ministério.

Está encerrada a reunião.

Eram 14 horas e 5 minutos.